



Recebido em: 08/10/2022

Aprovado em: 26/12/2022

Publicado em: 30/12/2022

**REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO NO BRASIL A PARTIR DAS  
OBSERVAÇÕES DE ARTUR G. MORAIS NA PALESTRA  
ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL PARA ALÉM DA PANDEMIA****REFLECTIONS ON EDUCATION IN BRAZIL ACCORDING TO  
ARTUR G. MORAIS IN THE LECTURE ON LITERACY IN  
BRAZIL BEYOND THE PANDEMIC****PENSOJ PRI EDUKADO EN BRAZILO BAZANTE DE LA  
OBSERVOJ DE ARTUR G. MORAIS EN LA PRELEGO LERIGO  
EN BRAZILO PRETER LA PANDEMIO**Amanda Aparecida Salomão Lopes de Souza<sup>13</sup>Edina Ié<sup>14</sup>Edivaldo Simão de Freitas<sup>15</sup>**Resumo**

O presente artigo traz como proposta: além de relatar, construir pontes de reflexão com a palestra “Alfabetização no Brasil para além da pandemia”, apresentada pelo Prof. Dr. Artur Gomes de Moraes (2020). Nessa palestra, discutiu-se e refletiu-se sobre os impactos causados pela pandemia provocada pelo Covid-19 no setor da educação, as desigualdades sociais que interferem no processo de alfabetização das crianças advindas de diversas regiões do Brasil e a situação socioeconômica dessas crianças. Ainda, abordou-se os problemas que dizem respeito às políticas e as práticas de alfabetização antes e depois da pandemia. E por fim, o palestrante mostrou sua preocupação no que refere à aprendizagem da leitura e da escrita das crianças, assim sendo, fez críticas acerca das conceituações prescritas pela BNCC sobre o ensino da modalidade escrita da língua portuguesa. Nossa metodologia nesta pesquisa seguirá uma abordagem descritiva e bibliográfica, portanto traremos três pontos sobre o estado da arte na temática a ser abordada, e o ponto de partida para as discussões são as temáticas sugeridas na palestra de Artur G. Moraes: (i) a desigualdade social na educação no Brasil, (ii) os problemas da

<sup>13</sup> Graduada em Design de Moda pela UTFPR. Mestranda em Letras pela UEM. Bolsista CAPES. E-mail: [amandalopesouza@gmail.com](mailto:amandalopesouza@gmail.com) / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7877-8985>

<sup>14</sup> Graduada em Letras pela UNILAB. Mestra em Linguística Aplicada pela UECE. E-mail: [nautlesiga@gmail.com](mailto:nautlesiga@gmail.com) / ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6107-3500>

<sup>15</sup> Graduado em Letras e Filosofia pela UFC, em Artes Visuais pela UECE, e em Educação Especial pela UNIFAVENI. Mestre em Filosofia e em Estudos da Tradução pela UFC. Doutorando em Letras pela UFC. Bolsista FUNCAP. E-mail: [edyinaudivel@hotmail.com](mailto:edyinaudivel@hotmail.com) / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6776-9426>



tecnologia digital bem como suas vantagens, e (iii) a educação como produto e/ou mercadoria.

**Palavras-chave:** Educação. Desigualdade social. Tecnologia digital. Mercantilização do ensino.

### Abstract

This article proposes: besides reporting, building bridges of reflection with the lecture “Alfabetização no Brasil para além da pandemia [Literacy in Brazil beyond the pandemic]”, presented by PhD. Artur Gomes de Moraes (2020). In this lecture, it was discussed and reflected about the pandemic impacts caused by Covid-19 in the education sector, the social inequalities that interfere in children literacy process from different regions of Brazil and the social economics situation of these children. It also discussed the problems related to literacy policies and practices before and after the pandemic. Finally, the speaker showed his concern with regard to children's learning to read and write, therefore, he made criticisms about the concepts prescribed by the BNCC on the teaching of the writing modality of the Portuguese language. Our methodology in this research will follow a descriptive and bibliographic approach, so we will bring three points about subject to be discussed, and the starting point for the discussions are the subjects “suggested“ in the lecture by Artur G. Moraes: (i ) social inequality in Brazil’s education, (ii) the problems of digital technology and its advantages, and (iii) education as a product and/or commodity.

**Keywords:** Education. Social inequality. Digital technology. Commodification of education.

### Resumo

Ĉi tiu artikolo proponas: krom raportado, konstrui pontojn de pripensado per la prelego “Legopovo en Brazilo preter la pandemio”, prezentita de Prof. Dr. Artur Gomes de Moraes (2020). En ĉi tiu prelego, la efikoj kaŭzitaj de la pandemio kaŭzita de Covid-19 en la eduka sektoro estis diskutitaj kaj pripensitaj pri la sociaj malegalecoj, kiuj enmiksiĝas en la alfabeteco de infanoj el malsamaj regionoj de Brazilo kaj la sociekonomika situacio de tiuj infanoj. Ankaŭ, problemoj ligitaj al alfabetaj politikoj kaj praktikoj antaŭ kaj post la pandemio estis traktitaj. Kaj fine, la preleganto montris sian maltrankvilon rilate al infana lernado legi kaj skribi, tial li kritikis la konceptojn preskribitajn de la BNCC pri instruado de la skriba kategorio de la portugala lingvo. Nia metodaro en ĉi tiu esplorado sekvas priskriban kaj bibliografian aliron, tial ni alportos tri punktojn pri la stato de la arto en la temo pritraktata, kaj la deirpunkto por la diskutoj estas la temoj proponitaj en la prelego de Artur G. Moraes: (i) la socia malegaleco en edukado en Brazilo, (ii) la problemoj de cifereca teknologio same kiel ĝiaj avantaĝoj, kaj (iii) edukado kiel produkto kaj/aŭ varo.

**Ŝlosilvortoj:** Edukado. Socia malegaleco. Cifereca teknologio. Varigo de edukado.

### INTRODUÇÃO

A pandemia causada pelo novo coronavírus teve um impacto enorme em várias áreas, ou melhor, covid-19 não causou apenas danos no setor educacional, também teve



impacto no setor de transporte, de agricultura, de cultura, entre outros setores de suma relevância para o desenvolvimento econômico e social de qualquer país ou sociedade.

Nesse contexto, foi realizada a palestra sob o tema “Alfabetização no Brasil para além da pandemia”, organizada pela Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB), no dia 31 de julho de 2020, transmitida ao vivo a partir do canal da ALAB no youtube. A palestra teve como palestrante PHd. Artur Gomes de Moraes<sup>16</sup>. A palestra foi moderada pela Profa. Dr<sup>a</sup> Nukácia Meyre Silva Araújo, docente da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e contou com dois intérpretes em Língua Brasileira de Sinais, Gilberto Bandeira e Rafael de Brito Cipriano, ambos da Universidade Federal do Ceará (UFC). A temática da palestra nos proporcionou uma reflexão pertinente neste contexto de pandemia, além disso nos proporcionou a reflexão sobre o ensino e a aprendizagem após a pandemia.

É importante frisar que quase é um consenso entre os educadores que o processo de alfabetização é relevante para o desenvolvimento e o sucesso do aluno nas demais etapas de sua vida estudantil. Nesse sentido, se esse processo for conduzido de uma forma inadequada pode ocasionar problemas graves na leitura e escrita, perpassando todo percurso escolar do discente. Diante disso, os investimentos nos primeiros anos do ensino têm sido algo constante nos sistemas de Governo, seja no âmbito Federal, Estadual ou Municipal e esses investimentos já começaram a evidenciar bons resultados, mas ainda há muito trabalho para ser feito, com a finalidade dos objetivos de alfabetização sejam de fato alcançados de uma forma plena. Por isso, Moraes (2020) afirma que o Ministério da Educação (MEC) deve voltar sua atenção para a alfabetização que está cada vez mais frágil e causa profundas marcas na vida de quem a recebe, sem a devida atenção.

Nossa intenção com o presente artigo é tentar articular alguns pontos nevrálgicos já premeditados acerca da situação pandêmica. Situação essa que atingiu diversos âmbitos na sociedade brasileira. Para tanto, nossa exposição seguirá uma linha de raciocínio que terá como base a exposição de Artur G. Moraes em três pontos chaves a

---

<sup>16</sup> Graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (1981), mestrado em Psicologia (Psicologia Cognitiva) pela Universidade Federal de Pernambuco (1986) e doutorado em Psicologia pela Universidade de Barcelona (1996), Espanha. Também, é professor titular do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco na qual atua no CEEL- Centro de Estudos em Educação e Linguagem.



discutir e refletir, a saber: (i) as desigualdades sociais que atingem a educação brasileira, (ii) o processo de alfabetização a partir das contribuições e limites desempenhados pela tecnologia digital e (iii) a mercantilização do ensino no Brasil.

### **O PONTO DE PARTIDA: AS OBSERVAÇÕES DE ARTUR G. MORAIS**

É necessário ressaltar que durante a palestra, no começo de sua exposição, o professor lamentou sobre a situação em que o mundo se encontra, fez algumas indagações a respeito do ensino nesse período de pandemia, asseverando que encontramos num momento muito difícil para o setor educativo e mostrou sua preocupação com o aprendizado das crianças nesse novo cenário provocado pelo Covid-19.

Morais (2020) antes de se debruçar sobre os três blocos temáticos (as desigualdades sociais e educacionais, possíveis contribuições e limites das tecnologias digitais para o processo de alfabetização e mercantilização do ensino<sup>17</sup>), conforme veremos adiante, fez uma explanação sucinta sobre o processo de alfabetização nos diversos momentos históricos no Brasil e durante quase em toda palestra, fazia menção a Profa. Dr<sup>a</sup>. Magda Soares, como é sabido, talvez a principal pesquisadora que discute a temática da alfabetização no Brasil. Para Moraes (2020), o período compreendido entre as décadas finais do século XIX, sobretudo a partir da proclamação da independência, iniciou-se o processo sistemático de escolarização das práticas de leitura e de escrita no Brasil, de acordo com Moraes (2020), só depois da conquista da independência na segunda década de 20 que a educação passou a ganhar destaque como uma das “utopias” da modernidade no Brasil. A partir desse momento, a escola consolidou-se precisamente como lugar institucionalizado para o preparo das novas gerações com vista a atender aos ideais do estado republicano, considerando a necessidade de instauração de uma nova ordem política e social, isto é, a universalização da escola. E como referido antes, Moraes (2020) abordou três blocos temáticos da palestra: as desigualdades sociais e educacionais, possíveis contribuições e limites das tecnologias digitais para o processo de alfabetização e a mercantilização do ensino.

---

<sup>17</sup> Eixos temáticos discutidos, em blocos próprios, por nós juntamente aos pensamentos e observações expostas por Artur G. Moraes.



No que diz respeito ao primeiro bloco temático, Morais (2020) ressaltou a necessidade de haver reflexão constante sobre a desigualdade social que perpassa o setor educativo no Brasil, o que não é problema de atualidade e que está presente em todo processo de escolarização no Brasil. Desse modo, para o palestrante, a diferença entre as pessoas de classe média alta e as de classe baixa comprova o quanto a escola não é universal para todos, embora esteja no papel. No entanto, a realidade é que as pessoas de classe baixa não têm a condição econômica de investir em um ensino eficiente e de qualidade. Nesse sentido, o Estado deve oferecer o ensino público gratuito e de qualidade para todos os cidadãos.

No segundo bloco temático, o pesquisador abordou as vantagens e as desvantagens da tecnologia digital para o processo de alfabetização das crianças: se de um lado ela nos faz aproximar mais das informações do mundo e possibilitar a aquisição do saber. Por outro lado, Morais (2020) faz dois apontamentos importantes: (i) refere-se ao cansaço que as aulas virtuais provocam nas crianças, bem como para os adultos etc. (ii) Por outro lado, esses alunos acabam deixando à margem uma das práticas pedagógicas mais relevantes no processo de aprendizagem que são as abordagens por meio de gêneros textuais, cartas, notícias, relatos de experiências dentre outros gêneros importantíssimos para o ensino.

No último bloco temático, Morais (2020) abordou a questão da mercantilização do ensino, mostrou sua preocupação sobre a questão de privatização das universidades, ou seja, as universidades sendo ameaçadas cada vez mais no Brasil. Diante desse cenário, a privatização do ensino é uma questão que está sendo discutida no cenário brasileiro, porém, os governos anteriores tinham como finalidade aumento da presença do estado tanto na área produtiva, quanto na área social. Nesse sentido, as políticas sociais têm sido direcionadas à população de baixa renda, assim trabalhando para a redução da miséria e para que haja mais inclusão social. Atualmente com a tentativa da mercantilização da educação, sobretudo a educação superior, isso pode assentar ainda mais a desigualdade social e a pobreza no Brasil, pois as pessoas que não estão em condição de investir nas suas formações acadêmicas para, futuramente, conseguir um emprego e garantir melhor condição de vida, podem desistir da possibilidade de obtenção da formação acadêmica.



## **A DESIGUALDADE SOCIAL NO SETOR EDUCATIVO NO BRASIL**

Acreditamos que analisar e compreender o estudante em sua diversidade contextual, colocando em linhas de considerações as condições sociais, históricas, econômicas, antropológicas no geral bem como culturais etc., podemos, pelo menos superficialmente, apreender as margens determinantes da sua constituintes de sua formação humana) enquanto sujeito que se dispõe a aprender. Dessa forma, os seus sentidos subjetivos constituintes de todo um caminho de formação e desenvolvimento intelectual (portanto escolar e/ou acadêmico em relação ao seu percurso educativo) se tornam pontes elementares para avançarmos e discutirmos nesta breve pesquisa e reflexão. Visto isso, é possível o desvelamento cujo problema que nos propomos a investigar seja pelo menos elucidado na palestra do professor Artur G. Morais (2020) como temática relevante: a situação frágil e desigual na educação brasileira.

O que podemos pensar sobre o que foi dito por Arthur G. Morais(2020), sugere-se do seguinte modo: para os jovens das camadas sociais menos favorecidas, a escola como instituição de vínculo para o desenvolvimento, capacitação e formação humana, social e cultural, não somente simboliza uma região de mera captação de conhecimento ou simples distribuição de atividades de ensino e prática educativa, como também representa um lugar importante como espaço de organização onde as experiências particulares e pluridimensionais emergem em relação ao contexto da família, do conjunto humano e social que forma os indivíduos.

Portanto, o mais significativamente relevante, não meramente simbólico, na vida do educador e dos jovens estudantes ocorre também nos espaços da escola, nos encontros e desencontros depois e durante os intervalos entre uma e outra aula, seja lá qual for o ambiente do aluno. É plausível que certas atividades programadas levam à interiorização dos princípios e leis de organização nesses ambientes, bem como fomentam a construção de conexões de influência (algumas culturalmente mais propiciáveis aos desenvolvimentos educacionais, outras mais técnicas, outras afetivas, etc.), como também às ligações de aprendizagem e relações interpessoais, interculturais e humanas.



Um fato interessante, ao mesmo tempo que intriga muitos estudantes e pesquisadores na atualidade, embora já tratado como temática anteriormente, a escolarização dos menos privilegiados parte de um pressuposto: há um capital de giro acerca do que emerge das camadas mais centralizadas na economia e cultura brasileira, e esta afasta-se à medida que o elemento “bagagem familiar” nasce como propriedade de privilégios. Queremos dizer que uma cultura, das chamadas camadas de elite, diverge-se das outras periféricas onde se encontram um outro aspecto da chamada cultura marginal. Isso é, segundo Nogueira & Nogueira (2009), tendo como base as reflexões do sociólogo francês Pierre Bourdieu, o que está em jogo na constituição dessa bagagem hereditária é que a partir dela, e de uma cultura do capital, podemos perceber um impacto que define não somente o destino social do jovem, como também o seu destino escolar. Esse tão problemático impacto chega a facilitar a estes jovens da camada mais alta na sociedade, isto é, garantir-lhes um direcionamento à aprendizagem de tal modo que, proporciona-lhes melhor forma de desempenho no desenvolvimento formal, cognitivo, e educacional para além de uma simples capacidade social e histórica. E seguindo esse pensamento, podemos ver o seguinte

[...] existem, em toda sociedade, desigualdades, e estas dizem respeito não a diferenças naturais ou culturais, mas a um juízo de superioridade e inferioridade entre grupos sociais, entre camadas sociais, entre classes sociais. E este juízo de superioridade ou inferioridade acarreta, necessariamente, uma apreciação de estima ou desestima de um grupo em relação ao outro - de onde os preconceitos - e de valor social. (COMPARATO, 1998, p. 1).

Atentemos para o seguinte, essa problemática da desigualdade social (especialmente a brasileira para nossa discussão), como destacamos na citação acima, formula e surpreende com ações que vão de maneira em via contrária. Tal ação de percurso inverso ao progresso, por enfraquecer a sociedade, é denominada como processo não natural, porque é criada e fomentada pelo homem historicamente na sociedade, nas relações de interesse capital e no discurso político em detrimento do discurso afetivo e mais humano. Dessa forma, enxergamos como necessária uma análise (não é nosso intento aprofundarmos de forma que se esgote) para compreendermos, refletirmos e buscarmos novas perspectivas investigativas em torno do âmbito educativo e suas devidas forças políticas, que está em crise por conta da situação pandêmica.



Onde encaixamos as políticas educacionais? Estas também parecem não levar em consideração os estudos e discussões sobre a subjetividade dos alunos em situação mais frágil. Políticas que auxiliem na formação ética como também psicológicas, na verdade, ignoram os sentimentos, afetos e qualquer imagem de emoções daqueles que de fato deveriam ser o centro de tais políticas. Aquelas camadas mais periféricas (isto é, pobres ou “excluídas”) do contexto escolar e acadêmico sofrem e são deixadas às margens, e que vez ou outra são apenas alvo ou escopo de pesquisa para estudantes em situação de maior prestígio. Dessa forma, partiremos do pressuposto de que a desigualdade e a pobreza estão mais que expostas: (i) no contexto social, inclusive no processo de escolarização, (ii) destacam-se como alguns dos maiores e mais problemáticos desafios a serem solucionados pelas políticas educacionais, e que não apenas são os maiores problemas a serem pensados em relação às camadas e regiões brasileiras, como de fato é percebido vias de pesquisa acadêmica e científica.

Parece que, num contexto educacional em terras brasileiras, as políticas referentes a elas se tornam mais defasadas, nas palavras do pensador Libâneo (2012), nos trazendo reflexões acerca da instituição escolar que resta à camada marginalizada da sociedade, assevera.

Assim, a escola que sobrou para os pobres, caracterizada por suas missões assistencial e acolhedora (incluídas na expressão educação inclusiva), transforma-se em uma caricatura de inclusão social. As políticas de universalização do acesso acabam em prejuízo da qualidade do ensino, pois, enquanto se apregoam índices de acesso à escola, agravam-se as desigualdades sociais do acesso ao saber, inclusive dentro da escola, devido ao impacto dos fatores intra-escolares na aprendizagem. Ocorre uma inversão das funções da escola: o direito ao conhecimento e à aprendizagem é substituído pelas aprendizagens mínimas para sobrevivência. (LIBÂNEO, 2012, p. 23).

É fato entranhado que os problemas estruturais (sociais, culturais, históricos, éticos e políticos), tanto na educação quanto no ambiente escolar e/ou acadêmico, emergem como movimentos de difícil norte em que os professores sempre tentam alcançar como problema a ser aprimorado, talvez pela própria incerteza com as quais os discentes já enfrentam em seu ambiente familiar, social e escolar. O professor estuda, pesquisa e conhece seu ambiente de prática; e por meio dele, tenta, num absurdo de ideias e pouca motivação, transformar a realidade dele mesmo, juntamente com a força desempenhada pelo futuro a ser alcançado, mesmo que em diferenças e desigualdades



em que se encontram os estudantes. Nessa linha de raciocínio: é claro que a pandemia trouxe inúmeras e significativas problemáticas ao contexto brasileiro, perdas materiais, perdas funcionais de trabalho, perdas temporais (portanto históricas) e acima de tudo, perda de vidas humanas, entretanto de certa forma (numa visão até um tanto otimista) possibilitou que alguns educadores e docentes pudessem adquirir uma visão mais urgente e preocupada do ensino, uniu-nos em torno de uma ideia de professor descrito na citação seguinte:

Espera-se do professor do século XXI que tenha paixão de ensinar, que esteja aberto para sempre aprender, aberto ao novo, que tenha domínio técnico-pedagógico, que saiba contar histórias, isto é, que construa narrativas sedutoras para seus alunos. Espera-se que saiba pesquisar, que saiba gerenciar uma sala de aula, significar a aprendizagem dele e de seus alunos. (GADOTTI, 2008, p. 4).

Diante e avante às desigualdades, o professor deve se movimentar, pois é esperado que a educação e sua conjuntura estejam encaixadas com o tempo, e esse fato histórico na sociedade atrela-se ao movimento também histórico do estudante. É preciso estudar essas mudanças, essas disparidades que se enraízam na sociedade, as regiões brasileiras são imensas e diversas, cada uma delas num suporte singular educacional, cada uma delas enfrenta uma particular e difícil administração educativa. Nas palavras de Saviani (1996, p. 55): “O estudo das raízes históricas da educação contemporânea nos mostra a estreita relação entre a mesma e a consciência que o homem tem de si mesmo, consciência esta que se modifica de época para época... (...)”. Ainda numa mesma consideração de pensamento, nos diz Saviani (1996, pp 80- 87) “É passagem da desigualdade à igualdade. Portanto, somente é possível considerar o processo educativo em seu conjunto como democrático sob a condição de distinguir-se a democracia como possibilidade no ponto de partida e a democracia como realidade no ponto de chegada.”

## **TECNOLOGIA DIGITAL: (DESVANTAGENS PARA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

Acerca da tecnologias como ferramentas didático-pedagógicas: um dado anteposto, para a produção discursiva e educacional do estudante (seja ele criança ou já adulto), através das diversas propostas para o ato de fruição e desenvolvimento educacional, é esperado um projeto racional, técnico, científico, acadêmico etc. Esta



parte da reflexão envolverá uma discussão a partir da percepção de ato interdisciplinar como princípio futuro de um processo, bem como desvantagem para o desenvolvimento e percepção dos educandos, e tal processo gira em torno da realização da aprendizagem, da educação, do envolvimento social como prática cultural e científica.

É importante pôr em pauta que há uma espécie de ponte relacional intrínseca entre o ato pedagógico estabelecido por aquele que atua como educador ou professor do ensino básico, e sua metodologia de ensino, que resulta numa elaboração de meios estratégicos específicos, não apenas diferentes de discursos propedêuticos, mas que tomam a fase de educação inicial de todo estudante, de modo geral, como processo a ser construído, seja pelo jogo digital, seja pela técnica e linguagem eletrônica ou por via web, e desses métodos estratégicos, um aporte teórico que resulta no ato de divertir-se e aprender por meio da diversão. Faz parte de todo um conjunto da formação humana, seja lá em que sociedade se queira inseri-lo como forma bem construída: partir-se-á em princípio do modelo digital como ferramenta prática ou lúdica para o aprendizado da criança, do adolescente ou de um adulto. Ou seja, há quem alegue o seguinte: em nosso aprendizado, há diversas conexões distintas e variadas entre os mais proveitosos campos (digital, virtual, fílmico, operacional, os games, e todo aparato magnético-eletrônico).

Atualmente, os ambientes escolares e/ou acadêmicos (referimo-nos, por exemplo, ao ambiente como objeto de pesquisa e extensão das universidades que trabalham com EAD) têm se dedicado com maior frequência aos estudos acerca do ensino via web (à distância) cujo seu mais atento usuário seria uma espécie de “pedagogo digital”, que irá trabalhar as devidas ferramentas para melhor atender sua clientela. Se são crianças do ensino fundamental, nada melhor que envolvê-las com as ferramentas propícias à idade e capacidade cognitiva. A pandemia as forçou a entrar nesse contexto de ensino digital, e “deu um empurrão” de “estímulo”, talvez pouco favorável, aos professores menos habilitados com tais técnicas e tecnologias, os quais tiveram que acelerar o aprendizado e manuseio, em tão pouco tempo, de ferramentas complicadas e nada familiares. Visto que muitos pedagogos e docentes não tinham interesse por essas diversas ferramentas computacionais e aplicativos, o governo e as estratégias desenvolvidas por gestões político-educativas tiveram que fomentar e tentar



abrir um caminho para iniciar uma nova estratégia de ensino: a educação digital é então uma realidade atual.

### **Desvantagens na tecnologia digital**

Em terras brasílicas e suas regiões longínquas, a expressão desafiadora ainda ecoa “exclusão digital”. Podemos admitir o seguinte: para definirmos essa “exclusão digital”, devemos afirmar que se trata da falta de acesso à tecnologia avançada às pessoas, caracterizada pela falta acesso aos computadores, ferramentas digitais, aplicativos móveis e à internet. Além dessa breve noção, a exclusão também aponta para a capacidade ou atividade de se utilizar tais meios com competência e eficácia, o que não é possível ainda perceber na atual emergência da sociedade civil. Em vista disso, o Governo Federal e suas gestões ministeriais pouco promovem, poucos são os programas e ações ativas para oportunizar esse acesso à população marginalizada. Em outras palavras,

A grande questão reside em como lidar com a exclusão digital existente em um país como o Brasil, que conta com altos índices de pobreza e analfabetismo. É certo que a pobreza e o analfabetismo se constituem como problemas que precisam ser sanados com urgência. Mesmo assim, não há como pensar a exclusão digital em segundo plano, visto que o desenvolvimento das tecnologias se dá cada vez mais rapidamente e o abismo existente entre incluídos e excluídos tende a aumentar (LEMOS apud ALONSO et al, 2010, p. 16).

A exclusão digital é uma das distintas modalidades da exclusão social no mundo (essencialmente capitalista), nas regiões em que a necessidade de comunicação torna-se um acesso às informações e atualizações, a periferia não deve ser excluída desse tipo de conhecimento básico. Não se trata de um mero fenômeno ermo e sem conexão com a atual realidade, refere-se sim a uma consequência da má e desigual distribuição de poder e vias capitais de acesso à tecnologia. (CRUZ, 2004). O autor ainda afirma que: “Para ser incluído digitalmente, não basta ter acesso a micros conectados à Internet. Também é preciso estar preparado para usar com uma preparação educacional que permita usufruir de seus recursos de maneira plena.” (CRUZ, 2004, p. 13).

É preciso garantir o acesso à informação, é necessário incluir o indivíduo no contexto virtual e pluridigital, e o problema se encontra nessa desvantagem, não da



própria tecnologia, mas da consequência tecnológica que acaba por não garantir a todo cidadão o mínimo acesso às ferramentas e suporte de avançada tecnologia digital.

### **Vantagens da tecnologia digital**

O acesso às tecnologias digitais é garantia para todos? Pensa-se o seguinte: embora com disponibilidade para todos, nas mais plurais sociedades contemporâneas, nota-se marcadamente uma crescente desigualdade entre populações; “aparentemente” (talvez ainda) seja trabalho árduo, exigiria administração e gestão pública educacional competentes, comprometidos em desenvolver progressivamente o contexto inclusivo digital na sociedade civil. Apesar disso, é perceptível o esforço de vários gestores políticos para que as comunidades periféricas no Brasil, para além das camadas do centro, tenham garantia de acesso pleno e de qualidade às tecnologias digitais e todo recurso necessário para educação via web, plataformas educativas e aplicativos. Ora, a atual circunstância nos mostra que existem, e ainda serão perenes por longo período: as desigualdades intensas em seus planos internacional, nacional, regional como também local.

Por parte da sociedade hodierna, o movimento de solidariedade por várias Organizações não governamentais, em que essas democratizam o acesso mínimo de conhecimento do uso de tecnologias em comunidades nas regiões periféricas, oferecendo cursos e capacitações gratuitos na área de tecnologia, garantindo o desenvolvimento da educação tecnológica e digital. Porém, as ferramentas úteis de acesso apresentam restrições capitais absurdas, por seu custo altamente elevado, o que acaba por atender uma parte da população carente; contudo é um avanço considerável, visto que esses instrumentos de inclusão digital incluem as comunidades num perfil moderno, “obrigando-os” a entrarem no contexto do ciberespaço social.

A pandemia excluiu muitos, e as ferramentas que proporcionam o acesso prontificou-se em trazer as camadas marginais, umas às outras, para mais próximo da educação, da relação humana. O desafio a superar foi estreitado pela tecnologia, os indivíduos se tornaram navegadores dos espaços virtuais, a cultura digital é parte da sociedade atual. O contexto pandêmico também nos trouxe ao conhecimento um tipo atual de cidadão, a saber, os denominados “nativos digitais” ou, como nós gostaríamos



de afirmar: “cybercidadãos”. Esses nativos digitais são aqueles indivíduos que nascem em contexto de uso das tecnologias digitais e virtuais, conseguem dominar e usufruir com rápida habilidade dos recursos tecnológicos e computacionais. Prensky (2001, p. 3) afirma que “nossos estudantes de hoje são todos falantes nativos da linguagem digital dos computadores, vídeo games e internet”. Uma peculiaridade característica desses “cibercidadãos”, segundo o autor:

[...] comunicam-se de forma rápida, com muitos interlocutores ao mesmo tempo; utiliza a imagem, o vídeo e o gráfico e não somente o texto; domina novas formas de comunicação assíncronas e imediatas; aprecia jogos e atividades lúdicas; inventa e domina códigos com facilidade; e, gosta de gratificação e recompensa imediata. (PRENSKY, 2001, p. 3).

### **COMERCIALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL**

Percebe-se a participação crescente de agenciadoras vindas das mais distintas regiões de outros continentes, que tendem a fomentar e guiar reformas educacionais, tanto no âmbito internacional quanto regional, por vias de financiamento de créditos e outras formas de arrecadamento capital. Essas empresas ambiciosas, pelo mercado do ensino, têm estabelecido a formação da mercantilização rápida e fácil da “cultura pelo lucro educacional”, da busca incessante em gerar capital de renda. O investimento de internacionalização na educação e pela educacional tornou-se uma espécie de caminho cujo interesse não seria outro, a não ser marcado pela colaboração entre as instituições com ambições da fetichização do mercado. Seguindo o pensamento, de que o intercâmbio entre professores (pesquisadores) e alunos (pesquisadores) resume-se apenas na validação do diploma com direito a uma futura garantia de trabalho e lucro a todo custo. Dentre outros problemas, o que tem incitado debates atuais: uma educação considerada como mercadoria por vias de um contundo de empreiteiras globais e privadas, que contrapõem-se a uma educação enquanto bem comum público e garantia legal do Estado. (DOURADO, 2002)

Ora, se porventura o Estado atuasse como setor de estrutura social coletiva e rigorosamente focasse no objetivo de proporcionar, e, também, garantir a divisão integral e justa da riqueza, que é produto do estado civil e nacional, esse mesmo setor, complexo e regente das leis civis, assumiria uma função de maior grandeza no incentivo e fomento ao processo de investimento e acúmulo de capital financeiro. Ora, o encargo



do Estado seria associado, de forma estreita e segura, com a educação no âmbito de gestão financeira e administração de políticas públicas, cultura e produção de conhecimento logístico adequado. Ora, segundo Frigotto (2009), a educação brasileira tem encaminhado à formação dos cidadãos conforme a uma ideologia da mercantilização. As instituições estatais (mais ainda as privadas) não cumprem sua função em orientar o estudante para a concorrente “emancipação”, do direito de ter seu emprego e garantia de autonomia financeira, o qual desempenhará sua mecânica atividade como mão de obra a baixo custo e fácil reposição.

Quanto às políticas públicas educacionais dos Estados capitalistas, elas buscam cumprir rigoroso desempenho em colaboração, manutenção e a reprodução de educação gratuita e de boa qualidade. Todavia, seu desenvolvimento em sistemas complexos de ensino (no contexto do ensino gratuito superior), de caráter individualista, de alta concorrência e fomentado pelo regime meritocrático (portanto, de apresentação duvidosa e que exclui boa parte da sociedade), volta-se também para uma qualificação condizente às ambições do mundo mercadológico, em paralelo a uma hierarquia rígida sobre a possibilidade de seu acesso por parte dos estudantes de origem periférica e com menor poder financeiro.

Atualmente o setor educacional sofre transformações internas, visto como objeto de profunda ganância para o capitalismo de mercado, e tal movimento é uma das diversas problemáticas decorrentes do mundo globalizado e estruturalmente mercadológico. Nos estados brasileiros, esse fenômeno denominado “mercantilização” evidencia-se durante os anos 90, no cerne e progresso da globalização em que as tecnologias de informação estão em crescimento e evolução. Conforme o estudioso Romualdo Oliveira (2009) destaca : esse mesmo setor educativo de bases primária e secundárias no Brasil recebe um tratamento sob a tutela e gestão dos estados e/ou municípios; e esse caráter descentralizado da educação formal na república brasileira tem seu fundamento e origem, especialmente, nos casos de omissão pelo ministério e administração públicos.

Porventura estaríamos de fato numa instância em que uma opinião e crítica sobre a gestão educacional e escolar brasileiras, que apontam para um sistema complexo e de instituições de caráter públicos, e, portanto democráticos, capazes de mediar a

**IΦ-Sophia**Revista eletrônica de investigação  
filosófica, científica e tecnológica.

perspectiva provável de escolha de papéis e funções contra a (re)produção capital de ensino, viabilizando e fomentando o movimento mercadológico da educação como meio de renda apenas? por vias de intervenção e aquisição do local e instituições públicas de produção, os “a(u)tores” do sistema capitalista são capazes de estabilizar tais decisões e buscam, nesse poder político-educativo de lucro, organizar o sistema complexo, e conforme esse pensamento, isso significa que

Fortalecer os espaços democráticos da educação implica em ampliar os fóruns de debates sobre a ideia da educação como um bem público, publicizar o processo de empresariamento da educação que está acontecendo no Brasil, sensibilizar e mobilizar a sociedade para que compreenda os riscos que tal processo significa na produção da deterioração da sociedade democrática. Potencializar a democratização da universidade significa promover uma nova institucionalidade que tem por objetivo aprofundar a democracia interna e externa da própria universidade. (FÁVERO & BECHI, 2017, p. 107).

A ideia fundamental sobre o valor de troca resume-se assim: todo objeto ou bem será transformado em mercadoria caso haja o reconhecimento e poder social de sua utilidade em proveito próprio (MARX, 2013). Em sintonia a esse pensamento, a expressão “mercantilização” quer dizer o ato ou efeito de transformar algo ou bem numa mercadoria, com um mero objetivo de empreender mecanismos mercantis de poder de compra ou venda. Em outros termos, a mercantilização tem importância e garantia social sob certas mediações cujo reconhecimento cria a possibilidade de produzi-lo como objeto integrado ao circuito de fomento do valor capital, portanto, como real valor de permuta. E ao propor o valor de troca sobre a educação, os empresários, assim, confirmam que a produção capitalista não tem sequer limites, visto que até instituições, que caminham contrárias ao sistema, são de fato passíveis de serem vistas como objeto transformado em mercadoria, sobretudo porque geram renda aos olhos do capitalismo. Ou seja, de acordo com Rodrigues (2007), nesse sistema encontra-se a tentativa de valorização do capital a partir da negociação e fetichização de mercantilização (venda e compra de conhecimento e técnicas) no setor educativo, mas, também, da transformação da educação e do conhecimento como matéria-prima de alto valor à (re)produção de mercadorias e recursos.

O fetiche da tecnologia consiste, pois, em mascarar o que resulta de relações sociais e, como tal, estas é que determinam seu sentido coletivo ou



**IΦ-Sophia**

Revista eletrônica de investigação  
filosófica, científica e tecnológica.

antissocial. No campo da educação a pandemia da Covid-19 explicitou de forma clara a fetichização da tecnologia. Primeiro, passando a ideia de que a tecnologia estaria ao alcance de todos e, segundo, que mediante o trabalho remoto ou híbrido resolveríamos o déficit educacional e teríamos uma educação melhor. Em relação ao acesso o que existe é mais exclusão que inclusão. Dados do Comitê Gestor da Internet do Brasil (Cetic) indicam que 70 milhões de pessoas no Brasil têm acesso precário da internet; 56% acessam por celular sendo que destes, 51% têm celular pré-pago. A fetichização se expressa por um conjunto de palavras de ordem para justificar o ensino remoto ou híbrido: protagonismo juvenil, autonomia para a escolha e, a mais apelativa, o do jovem ou aluno digital. (FRIGOTTO, 2021, pp. 643 e 644).

Nos resta refletir: ao proletário é necessária instituições escolares e acadêmicas desinteressadas (sobretudo da fetichização do espaço) e contrárias ao sistema de mercantilização. O pensamento é guiar-se no intento de “Uma escola em que seja dada à criança a possibilidade de formar-se, de fazer-se homem. De adquirir aqueles critérios gerais que servem de desenvolvimento do caráter.” (GRAMSCI, 1976, p. 101).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nosso artigo tecemos os seguintes pontos, a saber: (i) desigualdade social na educação no Brasil, (ii) os problemas da tecnologia digital bem como suas vantagens, e (iii) a educação como produto e/ou mercadoria, que nortearam a nossa discussão assim, permitindo uma reflexão necessária para o campo da educação na era pandêmica e não só, como também depois da mesma. Porém, a tecnologia nos permitiu materializar ensino no momento desafiador nos quais as atividades pedagógicas exigem um pouco mais de elaboração, a criatividade e flexibilidade dos professores são postas a prova para que consigam articular tarefas para os alunos. Também, a escola tem um papel fundamental nesse processo através de projetos inclusivos criar possibilidades de inclusão e que nesse momento a relação família/escola é primordial. As atividades precisam ser feitas de maneira propícia com uma metodologia que atenda as particularidades do aluno uma vez que temos a tecnologia como ferramenta que proporciona esse processo de ensino/aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

ALAB, Associação de Linguística Aplicada do Brasil. **Alfabetização no Brasil para além da pandemia: palestra apresentada por Artur Gomes de Moraes.** YouTube, 31



**IΦ-Sophia**

Revista eletrônica de investigação  
filosófica, científica e tecnológica.

de Julho de 2020. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=9bzBIEYw3uc&t=3340s>. Acesso: 30/04/2022.

ALONSO, Luiza Beth N.; FERNEDA, Edilson; SANTANA, Gislane P. Inclusão digital e inclusão social: contribuições teóricas e metodológicas. **Barbarói**: Santa Cruz do Sul, n. 32, p. 154-177, 2010.

COMPARATO, Fábio K. O princípio da igualdade e a escola. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo, n.104, pp. 47-57, 1998.

CRUZ, Renato. **O que as empresas podem fazer pela inclusão digital**. São Paulo: Instituto Ethos, 2004. Disponível em: <<http://www.cdi.org.br/manual/inclusao.pdf>>.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as Políticas para a Educação Superior no Brasil nos Anos 90. **Educação e Sociedade**: Campinas, v. 23, n. 80, p. 234-252, 2002.

FÁVERO, Altair A.; BECHI, Diego. O financiamento da educação superior no limiar do século XXI: o caminho da mercantilização da educação. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas: GIEPE. v. 3, p. 90-113, 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Política e Gestão Educacional na Contemporaneidade. In: GADOTTI, Moacir. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. Editora Ática: São Paulo, 2008.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. Tradução: Lisboa: Seara Nova, 1976.

LIBÂNIO, José C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

MARX, K. **O Capital**. In: Crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução: São Paulo: Boitempo, 2013.

NOGUEIRA, Maria A.; NOGUEIRA, Cláudio M. M. **Bourdieu & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

PRENSKY, Marc. **Nativos Digitais, Imigrantes Digitais**. NY, NCB University Press, 2001. Disponível em: <<http://www.marcprensky.com/writing/>>.

OLIVEIRA, Romualdo P. de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação & Sociedade**. Campinas: CEDES, v. 30, n. 108, p. 739-760, 2009.

RODRIGUES, J. **Os empresários e a educação superior**. Campinas: Autores Associados, 2007.



**IΦ-Sophia**

Revista eletrônica de investigação  
filosófica, científica e tecnológica.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum a consciência filosófica**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

SORJ, Bernardo; GUEDES, Luís E. Exclusão digital: Problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. **CEBRAP**: São Paulo, n. 72, 2005.